

# Das armações e do ofício de armador na cidade de Lisboa nos séculos XVII e XVIII

## The textile ensembles and the decorators of the church in Lisbon during the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries

Maria João Pacheco Ferreira\*

submissão/submission: 05/02/2017

aceitação/approval: 20/03/2017

### RESUMO

O presente texto incide nas armações têxteis ao serviço das comemorações religiosas assinaladas nas igrejas da capital do reino. Apesar dos estudos já consagrados ao tema das festas, pouca atenção foi ainda concedida aos profissionais responsáveis pela conceção e execução dos programas ornamentais em que consistem, afinal, estes complexos decorativos. Nesse sentido, e com base nos elementos recolhidos até ao momento, designadamente, naqueles camarários de teor regulador, propomo-nos clarificar o *modus operandi* e o âmbito de atuação dos armadores de igreja na cidade de Lisboa durante os séculos XVII e XVIII.

### PALAVRAS-CHAVE

Armador / Celebrações religiosas / Lisboa / Têxteis / Artes decorativas.

---

\* CHAM – Centro de História d'Aquém e de d'Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores, 1069-061 Lisboa, Portugal.

Maria João Pacheco Ferreira, nascida em Lisboa (1972) é doutorada em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2011). Membro integrado do CHAM – Nova/ UAc, é autora de diversas publicações no domínio do consumo têxtil em Portugal e actualmente desenvolve um projecto de investigação pós-doutoral intitulado *Entre a utilidade e o deleite: o património têxtil na Casa de Bragança (séculos XVI-XVIII)*, na qualidade de bolsreira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Correio eletrónico: mjoapferreira@gmail.com

## ABSTRACT

This paper focuses on textile decorations (armações) used to celebrate religious events in churches in Lisbon, during the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries. Several studies have looked at the ceremonies, but very little attention has been given to the professionals who were responsible for the conception and execution of the ornamental programs. Through a careful analysis of the content of contemporary municipal regulations, it is possible to clarify the *modus operandi* of these decorators of the church and the scope and impact of their work.

## KEYWORDS

Decorator of the church / Religious celebrations / Lisbon / Textiles / Decorative arts.



## DAS ARMAÇÕES E DO OFÍCIO DE ARMADOR NA CIDADE DE LISBOA NO PERÍODO MODERNO

(...) já por vezes considereei que armadores tão insignes, não deixaõ de parecer celebrados pintores; pois com os pincéis de seus alfenetes, cõ as cores daquelles velilhos de seda, & ouro, & com o curioso daquellas almofadas, pintao tudo quanto querem, & com o debuxo sò da sua imaginativa, formão aquellas figuras, & lavores, tanto ao vivo, que podem ser mais attractivo ao gosto, do que às próprias realidades, de que são remedo. Cuidei tambem serem extravagantes escultores; em cujas mãos os alfenetes parecem buris, pois cõ elles fazem as almofadas, & dos velilhos, quanto de admiravel inventou a escultura. Formão vistosas simalhas, tração realçados frisos, delineaõ carrancas, dispõem imagens, levantaõ columnas, imitaõ jaspes, disfarção alabastros, & blasonaõ de fazer com suas sedas tudo o que com seus martelos fez Fidas; que senão alcanção na duração às obras deste grande artífice, he porque he próprio das cousas mui lozanas durarem pouco. Finalmente tive pera mi, serião bordadores tão extraordinários, que zõbando da agulhas mais primorasas de Frigia, & dos engenhos mais nomeados de Susa, & de Damasco: sò com seus alfenetes repartem no bastidor de huma parede com tanta proporção as cores dos seus velilhos, & almofadas, que formão matizes, mostrão realces, manifestaõ sombras, revivaõ claridades, tiraõ perfis, & representao tudo, o que pode fazer Palas, quando a desafiou a Soberba Aragnes, ou quãto bordou no seu vêu a affligida Filomena, quando aquelle Rey de Trácia lhe cortou cruelmente a lingoa; & assim creio eu, que usaõ só de alfenetes, volantes, & almofadas, porque só com seus alfenetes fica picado o gosto, ó cõ seus volâtes voa a admiração atê o Ceo, & em suas almofadas, sò pode descansar a ostentação mais lustrosa.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> VLPERNI, Siro – *O Forasteiro Admirado. Relaçam, panegyrica do Trvinfo, e Festas, qve celebrou o Real Convento do Carmo de Lisboa Pela Canonização da Seráfica Virgem S. Maria Magdalena de Pazzi, Religiosa da sua Ordem*. Lisboa: Off. De António Rodriguez d'Abrev, 1672. Primeira parte, p. 8-9.

## INTRODUÇÃO

O desinteresse dos historiadores da arte pelas decorações das festas e cerimónias é antigo e, em certa medida, perdura<sup>2</sup> sobretudo nalgumas vertentes, como é o caso do contributo da componente têxtil na arte efémera<sup>3</sup>. Raras são as abordagens neste domínio que reconhecem o desempenho dos têxteis, antes focando-se nas estruturas de cariz arquitetónico e escultórico edificado ainda que, também elas ou parte das suas componentes (de que são exemplo os arcos), sejam constituídas por peças têxteis. De facto, uma análise atenta revela o quanto a sua presença, além de obrigatória, se afigura amíúde preponderante, do ponto de vista visual e decorativo, levando mesmo alguns autores a notar o quanto “os efeitos decorativos viveriam menos das formas e das proporções arquitectónicas que do arranjo pitoresco e policromo das tapeçarias – brocados, veludos, damascos, sedas e panos de Arraz – que tudo revestiam”<sup>4</sup>.

O campo de estudo das ornamentações têxteis no domínio da arte efémera é vasto e difícil de abordar: contempla diversos tipos de celebração e de estruturas com as mais variadas funcionalidades, ao mesmo tempo que se debate com sérios obstáculos inerentes à fugacidade do tempo que caracteriza tal contexto de produção artística, bem como ao desaparecimento dos testemunhos visuais que podiam ajudar a materializar este universo, de autoria tendencialmente anónima. Nessa medida, a presente abordagem circunscreve-se às armações têxteis ao serviço das comemorações religiosas assinaladas nas igrejas da capital do reino.

Apesar da existência de numerosos estudos já consagrados ao tema da festa, pouca atenção foi ainda concedida aos profissionais responsáveis pela execução dos programas ornamentais em que consistem, afinal, estes complexos decorativos. Nesse sentido, e com base nos elementos recolhidos até ao momento, designadamente naqueles camarários de teor regulador, propomo-nos clarificar o *modus operandi* e o âmbito de atuação dos armadores de igreja na cidade de Lisboa durante os séculos XVII e XVIII.

<sup>2</sup> Cf. LAFAGE, Gaëlle – *Charles Le Brun décorateur de fêtes*. Rennes: Presses Universitaires de France, 2015. p. 13. Em Portugal a bibliografia produzida em torno do tema da festa é já expressiva. Veja-se a título de exemplo: GOMES, Maria Eugénia Reis – *Contribuição para o estudo da festa em Lisboa no antigo regime*. Lisboa: Instituto Português do Ensino à Distância, 1985; FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime – *A festa barroca no Porto ao serviço da família real na segunda metade do século XVIII*. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto: Universidade do Porto. 5 (1988), p. 9-67. Separata; CONGRESSO INTERNACIONAL A FESTA, 8.º, Lisboa – *A festa: comunicações apresentadas no VIII Congresso Internacional*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, 1992. 2 vols.; FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime – *O “Magnífico Aparato”: formas da festa ao serviço da família real no século XVIII*. *Revista de História*. Porto. XII (1993), p. 155-220; TEDIM, José Manuel – *Festa régia no tempo de D. João V. Poder, espectáculo, arte efémera*. Porto: [s.n.], 1999. Tese de doutoramento em História da Arte pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique. p. 11-18, em cuja investigação o autor contempla um estado da questão em relação ao estudo da festa em contexto nacional e internacional; FERNANDES, Maria Manuela de Campos Milheiro – *Braga: a cidade e a festa no século XVIII*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade – Instituto de Ciências Sociais, 2003; SILVA, Carlos Guardado da, coord. – *História das festas, Torres Vederas*. Torres Vedras: Ed. Colibri; Câmara Municipal de Torres Vedras; Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. VIII.

<sup>3</sup> Para uma aproximação ao universo da arte efémera em Portugal veja-se PEREIRA, João Castel-Branco, coord. – *Arte efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000; FERNANDES, Maria Manuela de Campos Milheiro – *A festa barroca e a arte efémera*. *Cadernos do Noroeste*. Braga. 1-2: 20 (2003), p. 27-42. Série História.

<sup>4</sup> MONTEZ, Paulino – *As belas artes nas festas públicas em Portugal*. Lisboa: Tipografia da Parceria António Maria Pereira, 1931. p. 22.

## 1. DO OFÍCIO DE ARMADOR

No mais antigo dicionário de português, dado à estampa a partir de 1712 por iniciativa do padre Rafael Bluteau, a primeira definição do vocábulo armador remete o leitor para o domínio da marinha e das embarcações:

Armador de navios. aquelle, que cõ licença do Princepe arma contra o inimigo hum, ou muytos navios de guerra. Differe de pirata, porque este não tem licença para armar. Tambem se chama Armador a quelle, que tem parte, & está interessado neste genero de navios<sup>5</sup>.

No entanto, o armador é também “o oficial, que com almofadas, & outros tecidos orna as Igrejas”<sup>6</sup>, tomando, neste caso, a designação específica de armador de igrejas. Sobre este termo, António Moraes da Silva adianta no seu dicionário, do final do século XVIII, que “Armador de Igrejas, casas; [é] o que as concerta, e adorna de festa”<sup>7</sup>. É justamente neste ofício e no produto do seu trabalho que são as armações ou máquinas, como à época também se designam, que incide a presente abordagem.

Embora, com o progredir do tempo, o ofício dos armadores conheça especialização, passível de distinguir os armadores que intervêm em contexto sacro daqueles que atuam em contexto civil, o termo presta-se a uma enorme ambiguidade, que muito dificulta a identificação de profissionais ligados ao mester assim como a reconstituição do seu universo sócio-profissional e artístico; tanto mais numa cidade portuária, com um quotidiano e uma população profundamente ligados à atividade marítima. Com efeito, conquanto que por via da consulta de documentação correlativa a entidades religiosas a questão não se coloque (porque de imediato se reconhece o seu campo de atuação), o mesmo não sucede com outro tipo de fontes documentais em que apenas se assinalam, de forma sumária, as profissões das pessoas visadas. Serve de exemplo, o caso de Luís Lopes dos Santos (1715-1794), familiar do Santo Ofício, em cujo processo de habilitação, aprovado em 1752, é simplesmente apresentado como mestre armador<sup>8</sup>. Assim, pela informação constante do respetivo processo, poder-se-ia inferir que Luís dos Santos era proprietário de uma loja que vendia produtos relacionados com navios<sup>9</sup>. Todavia, pela análise do inventário de bens patrimoniais deixados por sua morte (1754) permitimo-nos afirmar, com toda a segurança, que se tratava, efetivamente, de um armador de igreja, como veremos mais adiante. Mas não são muitas as circunstâncias em que ao historiador se afigura possível dispor e cruzar com sucesso tais mananciais de informação.

<sup>5</sup> BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712. vol. 1, p. 498 (mal numerado).

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> SILVA, António de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. vol. 1, p. 180.

<sup>8</sup> Batizado no dia 23 de outubro de 1715, Luís Lopes dos Santos era natural de Passos de Baixo, comarca da Guarda, bispado de Coimbra. Era filho de Luís Lopes dos Santos e de Maria Gonçalves e a 16 de agosto de 1761 casou-se com Caetana Maria de Assunção; cf. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, *Habilitações*, mc. 25, doc. 474, *Diligências de habilitação para o cargo de familiar do Santo Ofício de Luís Lopes dos Santos e diligências para casar com Caetana Maria de Assunção*; LOPES, Paula – *Genealogy* [Em linha]. [Consult. 22.01.2017]. Disponível na Internet: <http://www.de-paula-lobes.nl/pedigree/pedigree-vi---x/generation-vii/index.html#01c2c49d9b0d4550b>.

<sup>9</sup> Interpretação defendida em LOPES, Paula – *Genealogy* [Em linha]. [Consult. 22.01.2017]. Disponível na Internet: <http://www.de-paula-lobes.nl/pedigree/pedigree-vi---x/generation-vii/index.html#01c2c49d9b0d4550b>.

O ofício de armador, exclusivo do sexo masculino, parece não ter beneficiado de regimento corporativo nem ter sido embandeirado. Pelo menos não consta do *Livro de regimentos dos ofícios mecânicos da cidade de Lisboa*, pela primeira vez compilado em 1572 por Duarte Nunes de Leão, nem dos acrescentamentos feitos ao documento regulador no decurso dos séculos XVII e XVIII, por ocasião das atualizações que se foram operando, em virtude do surgimento, do desdobramento e até da extinção de alguns mesteres<sup>10</sup>. Esta não é, todavia, uma situação inédita, porquanto o mesmo sucedeu com outras tantas profissões, por vezes até, na sequência do número limitado de representantes ativos ou dos seus interesses corporativos, como sucedeu com os tiradores de prata e os agulheiros, por exemplo. Assim o explicam os “ofeçiais de tirar prata pella fieira” na petição que submetem à câmara solicitando regimento próprio, em 1619, ao declararem que este não existira até então

porque não havia mais que dous ofeçiais e porque hoje havia já dez ou dose tendas do dito ofeçio e eram bastantes para em sy faserem Juises como havia nos mais ofeçios desta cidade o que era muito necessário para o desengano do povo<sup>11</sup>.

Já os agulheiros mantiveram-se por muito mais tempo sem respaldo regulamentar oficial. Apesar de Frei Nicolau de Oliveira contabilizar cinco agulheiros ativos em Lisboa, em 1620, com evidente capacidade financeira e estatutária para erguerem, no ano anterior, um arco triunfal para a entrada de Filipe II na cidade<sup>12</sup>, a verdade é que este ofício não se encontra incluído nas regulações anteriores e posteriores de 1539 e de 1771, só conhecendo regimento em 1777 quando, afinal, o número permanecia limitado a cerca de seis ou sete mestres<sup>13</sup>.

Mas não nos parece que fosse este o caso do ofício dos armadores, sobretudo quando ponderada a relevância do culto católico e, muito em particular, da festa sacra, na sua multiplicidade de manifestações, na vivência quotidiana dos portugueses, reforçada que era pela impressionante proliferação de lugares de culto na capital. Como é sabido, na centúria de Seiscentos, somente Lisboa integrava quarenta paróquias urbanas, pelas quais se distribuíam mais de cento e trinta igrejas, além de um expressivo número de conventos que foi aumentando até ao final do século, perfazendo um total na ordem da meia centena de edifícios (entre cenóbios masculinos e femininos). Assim sendo, mesmo admitindo que apenas metade destas igrejas beneficiava dos serviços de um armador, existiriam profissionais suficientes na cidade para agremiar, acaso fosse da sua conveniência. Colateralmente,

<sup>10</sup> Cf. CAETANO, Marcello – A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa. In LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vol. I, p. IX-LXXV; LANGHANS, Franz-Paul – As antigas corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa: a polícia dos ofícios mecânicos. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Ano 11 N.º 7, 8 e 9 (1942). Separata; CORREIA, Virgílio – *Livro dos regimêtos dos officiaes mecânicos da mui nobre e sêpre leal cidade de Lixboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

<sup>11</sup> Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 1.º dos acrescentamentos dos regimentos dos oficiais mecânicos*, f. 215-221v. publ. por LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vol. II, p. 767.

<sup>12</sup> MIMOSO, Juan Sardina – *Relacion de la Real Real Tragicomedia con qve los Padres de la Compania de Iesvs en su Colegio de S. Anton de Lisboa recibieron a la Magestad Catolica de Felipe II.de Portugal, y de su entrada en este Reino, cõ lo que se hizo en las Villas, y Ciudades en que entrò*. Lisboa: of. de lorge Rodriguez, 1620. p. 154.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. Ed. fac-similada.. Lisboa: Vega, 1991. fl. 13. (1ª ed. 1620) e AML, *Livro 3.º de registo de regimentos dos oficiais mecânicos*, Regimento Dado pelo Senado da Camara ao Officio de Agulheiro “anno de 1777”, f. 153-165 publ. por LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vol. I, p. 8.

e talvez devido à necessidade de uma maior proximidade dos armadores às edificações onde prestam serviços, dispersas por toda a malha urbana, por ora não conseguimos distinguir uma maior concentração de profissionais numa determinada área urbana, como o senado estipulava, responsável que era pelo arruamento das profissões dentro da cidade.

No cômputo geral, e segundo os relatos coevos, Lisboa apresentava-se como uma cidade continuamente em festa. Todavia, os templos obedeciam aos respetivos calendários litúrgicos pelo que, nessas circunstâncias, o recurso a armações oscilava entre si ao longo do ano, dependendo dos ciclos festivos ordinários e extraordinários estabelecidos<sup>14</sup>. Tomemos como exemplo a igreja de São Roque, importantíssima na dinâmica festiva da urbe, onde, apesar dos frequentes louvores consagrados a variadíssimas devoções<sup>15</sup>, somente em quatro ocasiões por ano é que os religiosos da Companhia de Jesus pagaram, “por conta da Igreja”, os préstimos do seu armador José da Silva: eram estas as festas móveis de teor cristológico, das Quarenta Horas e do *Corpus Christi*<sup>16</sup>, e aquelas fixas consagradas a dois dos Santos da Companhia, Santo Inácio de Loiola e São Francisco de Borja (a 31 de julho e 10 de outubro<sup>17</sup>), para as quais estavam definidos montantes específicos, de doze e quinze mil reis, nos anos de 1680, destinando-se o valor mais elevado para a festa do Santo Patriarca, “que se fas com maior empenho”<sup>18</sup>. Nas outras situações, em função da natureza da celebração, a ornamentação do templo podia ficar a cargo (e ao gosto) dos padres da Companhia, dos devotos, como sucedia com a festa dedicada a Santo António, cuja armação seria “à vontade de quem fizer a festa”<sup>19</sup> ou das irmandades ali sediadas, designadamente, a de Nossa Senhora da Doutrina, constituída, salvo raras exceções, por artesãos – dos quais, entre os anos de 1675 e 1703, nove eram armadores<sup>20</sup>. Os irmãos da Doutrina eram diretamente responsáveis pelas suas próprias festas, como a da Ascensão do Senhor, sendo que nessas ocasiões tinham a cargo a armação de toda a igreja<sup>21</sup>.

<sup>14</sup> O calendário litúrgico contempla as festas religiosas ordinárias (de natureza cristológica, mariana e em honra dos santos) fixas e móveis sendo que, embora todas se repitam anualmente, as primeiras decorrem sempre no mesmo dia e as segundas, como a designação sugere, variam na data, como se reconhece com as festividades relacionadas com a Quaresma, a Páscoa, o Corpo de Deus e a Ascensão de Cristo. Complementarmente a estas há outras, ditas extraordinárias, que surgem quando por qualquer motivo se organizam procissões, festas de beatificação e de canonização, missas de louvor, sufrágio, etc. A bibliografia concernente às festas cristãs é extensa pelo que nos permitimos apenas nomear a obra de síntese de ROUILLARD, Philippe - *Les fêtes chrétiennes en occident*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2003.

<sup>15</sup> Veja-se o texto de COUTINHO, Maria João Pereira; FERREIRA, Sílvia – Devoção e recreação: celebrações na igreja inaciana de S. Roque. In COLÓQUIO DE HISTÓRIA E DE HISTÓRIA DE ARTE, Lisboa, 2009 – *Lisboa e a festa: celebrações religiosas e civis na cidade medieval e moderna: actas*. Lisboa: Câmara Municipal, 2009. p. 269-291.

<sup>16</sup> Na casa professa da Companhia esta festa processava-se em dois dias distintos: um, coincidente com a festa do Corpo de Deus da cidade, em que saía a grandiosa procissão promovida pela Senado da Câmara de Lisboa, e outro, em cuja celebração, instituída em 1617, era exclusivamente celebrada no contexto das casas e colégios da Companhia de Jesus; Idem, p. 278. Neste contexto, depreendemos que a referida armação da igreja dava-se na festa celebrada internamente.

<sup>17</sup> Certamente por engano, a festa surge no documento como tendo lugar a 10 de setembro; cf. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (ASCML), *Liuro de Receita da Igreja de Sam Roque & Despeza da mesma*, 1689, f. 24.

<sup>18</sup> ASCML - *Liuro de Receita da Igreja de Sam Roque & Despeza da mesma*, 1689. f. 24.

<sup>19</sup> COUTINHO, Maria João Pereira; FERREIRA, Sílvia – *op. cit.*, p. 274.

<sup>20</sup> Cf. COUTINHO, Maria João Pereira; FERREIRA, Sílvia – *Artistas e artífices da Lisboa barroca: a Irmandade de Nossa Senhora da Doutrina da Igreja de São Roque*. Lisboa: Esfera do Caos, 2014. p. 69-70.

<sup>21</sup> COUTINHO, Maria João Pereira; FERREIRA, Sílvia – Devoção e recreação..., p. 276.

Cerca de um século mais tarde, também Joaquim da Costa Pereira, mestre armador da Real Casa de Santo António, efetuava pelo menos quatro armações anuais na velha igreja de Santo António: uma no mês de agosto para a festividade do Lausperene, outra no mês de novembro para o ofício geral dos cidadãos, uma terceira na época do Natal, e a última no mês de fevereiro, pela trasladação de Santo António, orago do templo<sup>22</sup>. A primeira e quarta festas emergem como as iniciativas mais dispendiosas, pelas quais o armador “costuma” receber do Senado pelos serviços prestados 20000 réis por cada, aos quais acresce 12800 e 16000 réis pelas duas festividades intermédias, tudo num único pagamento. Mas, pelo requerimento do armador no sentido de lhe pagarem “a armação pela festividade das endomas (sic) pela qual se lhe costuma pagar 20000 reis”<sup>23</sup>, infere-se que a estas acresciam outras colaborações ainda que, porventura, pontuais.

Nesta conformidade, em função do ritmo de atividade a que estavam sujeitos e das verbas com que eram remunerados, compreende-se que o regime de colaboração dos armadores com as instituições religiosas podia ou não implicar a sua dedicação a título exclusivo. Na década de 80 de Seiscentos, o já citado José da Silva era simultaneamente armador da igreja de S. Roque e da igreja do convento do Carmo, em cujas proximidades residia<sup>24</sup>. Pelos mesmos motivos, os armadores de igreja podiam acumular funções noutros ofícios ligados ao setor têxtil. Foi o caso dos irmãos Luís Álvares e António Simões que, em 1604 e 1618 (data da sua prisão pelo Santo Ofício), além de armadores de igrejas eram respetivamente, alfaiate e calceteiro, este ultimo na esteira do ofício paterno, também ele calceteiro, isto é, fabricante de calças<sup>25</sup>.

*Grosso modo*, o ofício de armador parece desenvolver-se no seio familiar, à semelhança de tantos outros mesteres, passando de pais para filhos. Assim o testemunha a seguinte transferência do cargo, na igreja de São Roque, em julho de 1691, quando

nomeou o Padre Sebastião de Magalhaes Preposito desta caza por armador della a Antonio da Sylva familiar de Joseph da Sylva respeitando o bem que tem servido o dito seu pay na nossa Igreja (...); e he o dito Antonio da Sylva tam perfeito armador como seu pay, e se porta com toda a modestia, e desejo de agradar aos Padres. E correm as armações per sua conta daqui em diante com os mesmos partidos<sup>26</sup>.

Efetivamente, e como bem atestam os comprovativos de pagamento, António da Silva assim se manteve como armador daquela casa, durante pelo menos 15 anos, até outubro de 1706<sup>27</sup>. Além dos mais convencionais argumentos que poderíamos apontar para a atribuição do cargo, numa perspetiva de continuidade geracional ou de clã familiar - como a questão de uma mais eficaz e circunscrita transmissão dos segredos do ofício - outros

<sup>22</sup> AML, *Processos gerais de secretaria*, Requerimento de Joaquim da Costa Pereira, Mestre Armador da Real Casa de Santo António, 1.4.1767.

<sup>23</sup> AML, *Processos gerais de secretaria*, Requerimento de Joaquim da Costa Pereira, mestre armador da Real Casa de Santo António, 11.9.1767.

<sup>24</sup> ASCML, *Liuro de Receita da Igreja de Sam Roque & Despeza da mesma*, 1689, f. 24.

<sup>25</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5105 e 2392.

<sup>26</sup> ASCML/IG – *Liuro de Receita da Igreja de Sam Roque & Despeza da mesma*, 1689, f. 24v.

<sup>27</sup> Idem.



motivos justificavam a manutenção de tal procedimento por parte dos contratadores: desde logo, a necessidade de segurança, confiança e proteção das alfaías que elencavam, afinal, o tesouro das instituições religiosas. De facto, os armadores lidavam com ricos e onerosos materiais (que não unicamente os têxteis), cuja manutenção implicava graves cuidados. Por esse motivo havia interesse em concentrar tais tarefas num único responsável, como bem sintetiza a *Lembrança do contrato com o armador, e notícia dos pressos das armações ordinarias*, que todos os anos se faziam na igreja de São Roque:

e assim sempre he rezão que o armador da Casa, seja armador também para todas as mais festas da nossa Igreja, que o contrario tem grandes inconvenientes; nem he bem que a nossa prata, tellas, ramalhetes, cortinas, escadas, e mais fabrica da Igreja, corra por diversas mãos senão pella de hum armador, a quem possamos pedir conta<sup>28</sup>.

Ora, foi justamente com base neste argumento que se conseguiu chegar ao culpado do incêndio que, a 10 de maio de 1769, destruiu grande parte do edificio da Patriarcal, reconstruído em madeira no sítio da Cotovia, depois do terramoto de 1755<sup>29</sup>: Alexandre Franco Vicente Vale, seu armador. Merece a pena recordar este célebre e hediondo caso que agitou a vida da capital no último quartel do século XVIII: com o fito de ocultar os roubos de algumas das ricas armações e paramentos pertencentes à igreja Patriarcal, Alexandre Vicente ateou fogo à casa das armações. Após uma tentativa de fuga frustrada, acabaria por ser julgado em 1773, na sequência deste e de outros dois incêndios que entretanto promoveu nos mosteiros de São Bento da Saúde e de São Vicente de Fora, precisamente pelos mesmos motivos, quando a Patriarcal transitou de instalações a título provisório<sup>30</sup>.

O relato que nos chega dos acontecimentos afigura-se do maior interesse para um melhor entendimento do valor e da importância que os têxteis comportaram durante o antigo regime, ao ponto de justificar o encobrimento de um crime que o responsável pagou, com a própria vida, condenado que foi a ser queimado vivo “até seu corpo se reduzir a cinzas, para dele não haver mais memória”<sup>31</sup>. Na verdade, o crime não só foi muito além do roubo e envolveu diversos protagonistas, como as notícias que dele nos chegam dão conta de um dinâmico mercado negro no setor: é que, como se veio a esclarecer pela devassa acionada pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Alexandre Vicente vendera a várias pessoas, e por mais do que uma ocasião, panejamentos e passamanarias furtados avaliados num total de 185\$600 reis. Só a Silvestre da Silva Barbosa, meirinho geral das três ordens militares e do tribunal da Mesa de Consciência e Ordens<sup>32</sup>, vendeu “doze pedaços de veludo lavrado de côr rôxa

---

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Inaugurada a 16 de junho de 1756 (e concluída em 1761) a partir de projeto de Eugénio dos Santos, na zona do Príncipe Real, no sítio do palácio dos Conde de Tarouca. Sobre o sítio da Cotovia e a nova Patriarcal veja-se COSTA, Mário – *A Patriarcal queimada: uma síntese da sua história*. Lisboa: Câmara Municipal, 1959 e SEQUEIRA, Gustavo Matos – *Depois do Terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916. vol. 1.

<sup>30</sup> Logo a seguir ao incêndio, D. José I determina que a celebração dos officios divinos, até à data efetuados na igreja Patriarcal, passasse a ter lugar na igreja de São Bento da Saúde; cf. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, Aviso de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, ao abade geral da Congregação de São Bento, n.º 1140 (189).

<sup>31</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da – *Gabinete Histórico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894. vol. XVII, p. 98.

<sup>32</sup> Cf. ANTT, Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 21, f. 363 e Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 25, f. 266v. Silvestre da Silva Barbosa obteve carta de propriedade de ofício a 5.2.1747; Registo Geral de Mercês de D. João V, liv. 35, f. 517.



com fundos de ouro, e varias fazendas de damasco”, os quais se veio a verificar “serem os taes pedaços de veludo pertença das sanefas dos docéis ricos de tella rôxa, que se havião dado por incendiados no memorável incendio, que houve na mesma Igreja Patriarchal”; “onze, ou doze pernas de cortinas de damasco carmesim” de uma vez e “por outra cinco, e por outra sete, como também vinte e dous côvados de damasco roxo em pedaços, que declarou serem de hum docel roxo, que havia roubado á mesma Igreja” e “hum panno de gorgorão de cobrir huma banca comprida, cercado de damasco verde á roda, do qual damasco disse o tal meirinho fizera hum cobertor para a cama”. A Miguel Diniz, contínuo da congregação da mesma Patriarchal vendeu também “duas pernas de cortinas de damasco encarnado”; ao ourives Antonio Moreira de Carvalho<sup>33</sup> vendeu franjas de ouro finas, por duas vezes, e “huma dalmática de seda rôxa, já velha bordada de ouro, por 11\$500 reis, que era da mesma Patriarchal”, certamente com vista ao aproveitamento dos respetivos filamentos de ouro; e a “Francisco Collaço, ourives sem loja, morador à Pampulha” vendeu também parte das mesmas franjas “por cinco ou seis vezes”<sup>34</sup>.

O negócio seria de tal modo profícuo que o réu chegou a furtar e a vender parte de armações alugadas pelo já referido Luís Lopes dos Santos e Fernando António Fide, mestres armadores, a João Franco de Sousa, pai de Alexandre Vicente, para a primeira função do Corpo de Deus que a Patriarchal celebrou no mosteiro de S. Bento, depois de ali instalada<sup>35</sup>. Sendo certo que o pai era detentor de cabedais suficientes para suportar o pagamento da dívida do filho, no valor de mais de 500\$000 reis, com recurso aos “rendimentos de humas propriedades de casas”<sup>36</sup>, ignora-se, todavia, se também era armador.

Os factos citados atestam o impressionante investimento que os paramentos religiosos têxteis continuavam a merecer, pelo 3.º quartel do século XVIII; ganham ainda maior projeção, uma vez presente o pouco tempo que passara desde o grande terramoto e os terríveis danos que este infligira aos edifícios e demais património artístico da cidade de Lisboa, como fôra justamente o caso da Patriarchal, célebre, entre outros aspetos, pelas ricas alfaias que D. João V mandara vir de Roma, designadamente, ourivesaria e paramentos litúrgicos<sup>37</sup>.

Por outro lado, o mesmo caso chama-nos a atenção para o *modus operandi* destes profissionais, acerca do qual nos faltam muitos dados. Na ausência de um regimento, que nos poderia facultar uma aproximação ao modo de

<sup>33</sup> Natural da freguesia de Nossa Senhora do Socorro, em Lisboa, era filho de Francisco Carvalho, oficial da Inquisição. A 25 de agosto obtem carta de exame do ofício de ourives de prata na confraria de Santo Elói; cf. FONSECA, Rita Sofia Carlos da – *A ourivesaria da prata em Lisboa, no período rococó (1750-1777): os mestres e as obras*. Porto: [s.n.], 2016. vol. II, p. 189-190, p. 987. Tese de doutoramento em Estudos do Património apresentada à Universidade Católica.

<sup>34</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, *op. cit.*, p. 89-93.

<sup>35</sup> Uma vez mais, parte destas vendas coube ao meirinho, além de duas mulheres: “dez pernas de cortinas de damasco encarnado, e huns pedaços de veludo carmesim lavrado, e quatro pernas mais do mesmo damasco a Anna Mesquita, moradora na Rua dos Calafates, e outras quatro a Eugénia da Silva, mulher de Joaquim José assistente na Mouta”. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, *op. cit.*, p. 94.

<sup>36</sup> *Idem*, p. 93-94.

<sup>37</sup> Mas, de facto, pelo levamento de Gustavo Matos Sequeira infere-se que, imediatamente após o terramoto, se retomaram as aquisições de armações e a intensa laboração de alfaias bordadas para a nova igreja, sobretudo entre os anos de 1756 e 1759, por mestres como Francisco Roberto, bordador da Casa Real e colaborador da Reverenda Fábrica, uma oficina que a Patriarchal possuía de bordado; António de Sousa, Simeão da Costa, José Camanha e Manuel Gomes Rêgo, mestre da oficina dos bordadores da Congregação Patriarchal. (p. 98); cf. SEQUEIRA, Gustavo Matos, *op. cit.*, p. 97-99.

trabalho e à organização do mester, quanto à existência de aprendizes, mestres e simples ajudantes, não são ainda bem conhecidos os moldes em que se processava ou dividia a atividade do armador, porquanto o seu âmbito era diversificado. Enquanto responsável que exercia “o dito officio por Provimento, que para isso tinha, e como tal tendo debaixo da sua chave, e administração todas as armações (...)”, Alexandre Vicente devia “conserva-los no mesmo estado, em que lhe forão entregues”<sup>38</sup>. Nessa conformidade, pôde intervir a título isolado, sem que ninguém se apercebesse do furto de peças nem da substituição de franjas de ouro verdadeiras por outras falsas, para depois as vender, “facto que não podia praticar outra qualquer pessoa”<sup>39</sup>.

Mas além da manutenção das alfaias era também função dos armadores montar as armações sempre que assim se estabelecia. E este era forçosamente um trabalho de equipa, uma vez ponderadas as proporções e a complexidade que as armações foram adquirindo, ao longo do tempo. Enquanto projetos artísticos que eram, de facto, muitas destas armações, não raras vezes, tais intervenções implicavam uma atuação coordenada entre variados mestres e a diversas mãos, quanto mais não fosse, por questões de índole muito prática, como seria tão-só a fixação de grandes panejamentos a elevada altura.

É admissível que a amplitude das equipas variasse conforme a dimensão e a dificuldade dos empreendimentos. No entanto, não é claro o modo como as tarefas eram distribuídas pelos colaboradores e, até que ponto, os responsáveis pela conceptualização das máquinas se distinguiam dos executantes que davam corpo às propostas; muito menos se sabe o local onde os membros das equipas se concentravam em cada uma destas fases projetuais, se em oficinas ou diretamente nos espaços em que intervinham. Em todo caso, merece atenção a “conta-corrente” de despesas pagas com regularidade ao armador (ou armadores na medida em que não surgem nomes associados) do Convento da Ordem dos Clérigos Regulares Teatinos da Divina Providência, no Bairro Alto, entre os anos de 1685 e 1688. Durante este período foram registadas diversas despesas relativas a materiais avulsos (ignoramos se foram adquiridos ou alugados), que incluem cinco parcelas de volantes, uma delas de “61 volantes para a festa de S. Caetano”, no valor de 2140 reis, além de “pano para as portas da igreja” e “papeis de alfinetes”, indispensáveis auxiliares na fixação e montagem dos adereços. Constam, de igual modo, pagamentos pelas armações de sexta-feira de Endoenças, dia da Ascensão, festas de S. Caetano Tiene e Santo André Avelino (santos da ordem, cujas festas tinham lugar nos dias 7 de agosto e 10 de novembro), bem como da Divina Providência e das quarenta horas, além de duas outras, destinadas às exéquias de D. Brites e D. Gracia, certamente patronas da instituição. Mas os registos mais interessantes reportam-se a pagamentos “pelo feitio de tres passos”, “pelo seu trabalho” e “Para as mãos do armador”,<sup>40</sup> que deixam entrever um leque de possibilidades de colaboração suficientemente matizado.

---

<sup>38</sup> CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da, *op. cit.*, p. 87-88.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 90.

<sup>40</sup> ANTT, Conventos Vários – Teatinos, Livro 11, *Liuro de Receita e despesa da Caza Continuando no seu gouerno o muito Reuerendo Padre D. Luis Maria Saque Preposito de nossa Senhora da diuina Prouidença Anno 1685*, f. 66-68.

Do que é dado compreender, a partir de uma ordenação camarária, contemporânea, datada de 1671, independentemente de uma atuação mais ou menos criativa, de onde podia resultar a parcela “pelo feitio”, cumpria aos armadores o trabalho prático de montagem dos panos, cuja remuneração ficava assim fixada: “poderão fazer de mãos levando o mestre por cada dia, pondo pregos e alfeneites, cinco tostois, e pondo também as escadas, e os obreiros a tres tostois”<sup>41</sup>.

De resto, em circunstâncias pontuais, coincidentes com episódios extraordinários de celebração, também importantes figuras de outros quadrantes do panorama artístico contemporâneo português participavam diretamente no processo. Em 1677, por ocasião da cerimónia da trasladação do corpo da rainha Santa Isabel para a nova igreja de Santa Clara de Coimbra, coube a Mateus do Couto (c. 1620-1696), engenheiro militar de fortificações e arquiteto da casa real, a responsabilidade de dispor de tudo o que se afigurasse necessário a uma celebração digna e com toda a “circunspecção”<sup>42</sup>. Também João Frederico Ludovice (1670-1752), um artista multifacetado com amplos conhecimentos no domínio da arquitetura e da ourivesaria parece dominar as armações têxteis de carácter efémero, uma vez presente a sua colaboração na projeção dos monumentais toldos concebidos para as praças de Lisboa, no âmbito do préstito do Corpo de Deus de 1719<sup>43</sup> e, mais tarde, nos programas efémeros que enriqueceram o interior da igreja jesuíta de São Roque, pelas festas de canonização de São João Francisco de Régis em 1737<sup>44</sup>. Este e outro tipo de parcerias no âmbito dos têxteis e das celebrações religiosas constituíam prática corrente nos grandes centros artísticos europeus, como Roma e Paris. Ainda que até ao momento se desconheça a real amplitude do trabalho de Gian Lorenzo Bernini (1598-1680) no domínio das artes decorativas, estudos mais recentes comprovam a sua intervenção aturada e diversificada neste campo artístico, em concreto, no domínio da paramentaria e dos têxteis para armações<sup>45</sup>. Sensivelmente pelos mesmos anos, entre 1660 e 1687, também Charles Le Brun concilia a atividade de pintor com projetos no domínio da festa e da arte efémera junto da corte francesa<sup>46</sup>.

<sup>41</sup> AML, *Livro de posturas antigas*, Ordenação da Câmara de Lisboa sobre preços e condições de aluguer de tecidos para armações, 1671-I-22, Lisboa, f. 362 publ. por LINO, Raul; SILVEIRA, Luís, coord. – *Documentos para a história da arte em Portugal: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: posturas diversas dos séculos XVI a XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969. vol. 2, p. 82.

<sup>42</sup> LACERDA, Fernando Correia de – *História da vida, morte, milagres, canonização, e trasladação de Sancta Isabel Sexta Rainha de Portugal*. Lisboa: Off. de João Galvão, 1680. p. 16, 18, 21.

<sup>43</sup> Não só o programa efémero das colunatas do Terreiro do Paço e do Rossio, das medalhas que pendiam das colunas e frisos foram da sua responsabilidade, como ainda os toldos, tal como se pode ler em carta de 2 de maio de 1719, enviada ao Senado da Câmara: “S. Magestade, que Deus guarde, tem resolutu se toldem as ruas por onde faz transito a procissão do Corpo de Deus d'esta cidade occidental, e é servido que V. Ex.<sup>a</sup> disponha e passe as ordens necessarias para esse effeito; e a direcção e fórma de como se devem toldar as ruas, a ha de dar João Frederico Ludovice; (...)”; “Carta do secretário de estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao presidente do senado da camara occidental”, 2 de maio de 1719 publ. por OLIVEIRA, Eduardo Freire – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tip. Universal, 1899. vol. XI, p. 316.

<sup>44</sup> TEDIM, José Manuel, *op. cit.*, p. 341.

<sup>45</sup> Sobre este assunto leia-se o cap. de WORSDALE, Marc – *Arti decorative, apparati, scenografie*. In comitato vaticano per l'anno berniniano – *Bernini in Vaticano*. Roma: de Luca Editore, 1981. p. 229-278.

<sup>46</sup> Sobre este assunto veja-se LAFAGE, Gaelle, *op. cit.*

## 1.1 OS ALUGADORES DE PANOS

Como se pôde concluir pelo surpreendente caso da Patriarcal, Luís dos Santos era simultaneamente armador e alugador de panos, por sinal, de fôlego, como o extenso rol de adereços registados e o montante por que foram avaliados no inventário, ascendente a mais de 10 contos, permitem corroborar<sup>47</sup>. Todavia, a não ser que a moldura reguladora se tenha alterado, este armador (e outros) encontrava-se em situação ilegal, à luz da ordenação da Câmara de Lisboa sobre preços e condições de aluguer de tecidos para armações de 1671, muito clara a este respeito: “a pessoa que exercitar o ofício de armador, não possa por sy, nem por outrem alugar cedas de nenhũ genero, nem pera autos funerais (...)”<sup>48</sup>. De onde se conclui que existia um conflito de interesses entre ambos os ofícios ainda que, sob o ponto de vista prático, os mesmos se complementassem<sup>49</sup>.

Como o investimento nos paramentos de igreja era muito dispendioso, nem sempre as entidades promotoras das celebrações dispunham de adereços em quantidade e qualidade suficientes, capazes de garantir um engalanamento condigno. Nessas circunstâncias, não só o armador podia trabalhar a partir do que a comunidade dispensava temporariamente para a ocasião (religiosa e laica), quando a tal era exortada, como alugar os elementos em falta<sup>50</sup>. O aluguer temporário destes mesmos adereços emergia como uma boa alternativa aos templos e uma excelente forma de negócio a quem a ele se dedicava. De acordo com frei Nicolau de Oliveira, no início da década de vinte de Seiscentos só em Lisboa existiam doze alugadores de vestidos de homens e mulheres, dois alugadores de panos de raz – cabendo a um deles o aluguer de trinta panos e, ao outro, cinquenta –, e três alugadores de seda, sendo que

O primeiro aluga de cento & vinte tellas pera cima. De noventa veludos pera cima. Duzentos damascos. Trezentos tafetãs. O segundo aluga cento & setenta & cinco tellas. Duzentos veludos. Trezentos e vinte damascos. Quatrocentos tafetãs. O terceiro aluga quarenta tellas. Sincoenta velludos. Sincoenta damascos. Doze taffetas.<sup>51</sup>

Seria um negócio bem rentável e, nas palavras de Oliveira, “cada dia em mayor crescimento” que, já em 1593, levava o sacerdote italiano Gianbattista Confalonieri (1561-1648), a observar que “todos estes panos, aquele que faz esta mercadoria os põe ali, e em poucos dias ganha mais de vinte mil escudos, tanta é frequência das festas que se fazem e o número de panos que [se] põe nas ditas festas”<sup>52</sup>.

<sup>47</sup> ANTT, *Orfanológicos*, Letra L, maço 47, n.º 2, *Inventário que se fez dos bens que ficaram por falecimento de Luis Lopes dos Santos continuado com a viúva sua mulher Caetana Maria da Assunção*, 1794 (Transcrição paleográfica de Lina Maria Marrafa de Oliveira no âmbito do projeto: “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro, Séculos XVII, XVIII e XIX”).

<sup>48</sup> AML, *Livro das posturas antigas*, Ordenação da Câmara de Lisboa sobre preços e condições de aluguer de tecidos para armações, 1671-I-22, Lisboa, f. 361-362 publ. por LINO, Raul; SILVEIRA, Luís, coord., *op. cit.* p. 82.

<sup>49</sup> Esta estava longe de ser uma situação isolada, como com facilidade se conclui pela leitura dos regimentos dos ofícios, designadamente, daqueles relacionados com os têxteis, como os bordadores e os vestimenteiros ou os alfaiates, aljubeteiros e calceteiros, cujos campos de atuação amiúde se sobrepunham.

<sup>50</sup> FERREIRA, Maria João Pacheco – *Os têxteis chineses em Portugal nas opções decorativas sacras de aparato (séculos XVI-XVIII)*. Porto: [s.n.], 2011. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. vol. 1, cap. 3. A angariação de adereços e a manufactura dos têxteis utilizados na celebração, em especial p. 257-275.

<sup>51</sup> Cf. OLIVEIRA, Fr. Nicolau de – *op. cit.*, f. 93-93v.

<sup>52</sup> CONFALONIERI, Gianbattista – *Da grandeza e magnificência da cidade de Lisboa*. In VILLALBA Y ESTAÑA, Bartolomé de, ed. – *Por terras de Portugal no século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. p. 195 (Ms. 1593).

## Confrontado com o

excesso que ha no preço, por que se alugam os panos de tella, e de seda, para armação das Igrejas, assim nesta Cidade, como fóra della, e do muito, por que os donos dos mesmos panos, e outras pessoas se contratam, sobre as armarem, com excessivo ganho,

a 9 de maio de 1603 Filipe II de Portugal (1578-1621) decreta uma provisão taxando os preços que doravante se deviam praticar no reino, “de maneira que com as ditas armações as Igrejas fiquem decentemente ornadas, e os donos dos panos com ganho moderado”<sup>53</sup>. Mas já um ano antes a edilidade camarária lisboeta havia procedido no mesmo sentido, fixando o tempo de aluguer, os tipos e as dimensões dos suportes têxteis autorizados e os respetivos montantes, ao mesmo tempo que definia as penalizações em que incorriam os prevaricadores<sup>54</sup>. Conforme sugere a comparação do conteúdo de ambos os documentos, este parece até ter servido de base à formulação do decreto régio, assente nas mesmas possibilidades (entre telas, isto é, panos tecidos com fios metálicos<sup>55</sup>, veludos, damascos e tafetás), cuja maior diferença incide na tentativa de separar os contextos de utilização sacro daquele profano assim como na atualização dos preços, em cerca de mais 25 a 33% num espaço de um ano (cf. Quadro 1, em anexo).

Em 1603, e provavelmente com o objetivo de acautelar a monopolização, a Câmara Municipal de Lisboa promove uma outra ordenação estabelecendo que se “nam alugem (sic) panos de seda pera se armarem nas (...) egreias por junto a modo darmasam antes os alugaram pesa por pesa pela taxa que he posta (...)”<sup>56</sup>. Deste modo, o esforço dos promotores dos festejos era menor, pois além das alfaias que as igrejas possuíam e daquelas que lhes eram emprestadas já só tinham de pagar as peças em falta.

Apesar do esforço, tal realidade de proventos em excesso ter-se-á mantido e até acentuado, levando a que, em 1671, o Senado da Câmara de novo intentasse regulamentar os alugueres de panos para as armações das igrejas. Nesse sentido, reduziu o período limite de aluguer para três dias, ao invés dos seis estipulados no início de Seiscentos, e definiu nova tabela de preços a cobrar para um leque de opções bem mais extenso do que no início da centúria, só de si revelador da maior oferta de opções ao dispor dos armadores e, por inerência, da crescente complexidade dos projetos (cf. Quadro 1, em anexo)<sup>57</sup>.

<sup>53</sup> Cf. SILVA, José Justino Andrade e - *Colecção chronologica da legislação portugueza: 1603-1612*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854 [Consult. 27.01.2017]. p. 11. Disponível em: [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=94&id\\_obra=63&pagina=62](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=94&id_obra=63&pagina=62).

<sup>54</sup> AML, *Livro de posturas da cidade de Lisboa*, Ordenação da Câmara de Lisboa que taxa o preço do aluguer de panos de brocado, tela, veludo, damasco e taffeta com que se armam as igrejas, 1602-VII-1, Lisboa, Fl. 157-157v. publ. por LINO, Raul; SILVEIRA, Luís, coord., *op. cit.*, p. 47-48.

<sup>55</sup> BLUTEAU, Rafael, *op. cit.* 1728. vol. 8, p. 67.

<sup>56</sup> AML, *Livro de posturas da cidade de Lisboa*, Ordenação da Câmara de Lisboa que taxa o preço do aluguer de panos de brocado, tela, veludo, damasco e taffeta com que se armam as igrejas, 1603-XII-21, Lisboa, f. 161-161v. e *Livro de posturas*, Ordenação, s/d, Lisboa, f. 161 publ. por LINO, Raul; SILVEIRA, Luís, coord., *op. cit.* p. 48 e 76.

<sup>57</sup> LINO, Raul; SILVEIRA, Luís, coord., *op. cit.*, p. 81-82.

A avaliar pela quantidade de adereços de que Luís Lopes dos Santos era proprietário, a capacidade de resposta de alguns dos alugadores era ampla, permitindo-lhes disponibilizar adereços para mais do que uma festa em simultâneo. Por outro lado, e de acordo com os casos estudados, os alugadores não limitavam o seu campo de ação à cidade, dispensando também os seus pertences para celebrações organizadas fora do termo de Lisboa. Assim aconteceu, em 1622, pela comemorações da canonização de Santa Teresa de Jesus celebradas em Cascais, para as quais os moradores daquela vila “armarão as paredes, & janellas com colchas, tafetás, & outras sedas, que trouxerao de Lisboa alugadas”<sup>58</sup>; de idêntica forma se atuou pela mesma ocasião no convento de Nossa Senhora do Carmo, de Figueiró dos Vinhos, com cuja armação à base de “peças de ouro, & varias castas de flores de cera, & seda, leuadas de Lisboa” ficou a sua igreja um brinco”<sup>59</sup>.

Na globalidade, impressiona a quantidade e a diversidade de morfologias de peças e de suportes têxteis que Luís dos Santos tinha ao seu dispor. Graças ao inventário dos bens que ficaram por sua morte afigura-se possível uma aproximação ao universo material e até oficial destes profissionais. Nele surgem detalhadas as quantidades de peças assim como as suas particularidades, no que respeita a dimensões, cor, decoração, estado de conservação e preço de avaliação, sendo que também as proveniências italiana, castelhana e macaense surgem com alguma frequência (e apenas uma vez a francesa). *Grosso modo*, distinguem-se: 1) tecidos avulsos, sob a forma de pedaços, larguras e retalhos, de tafetá, veludo, lhama, damasco, ló, ruão, baeta, lustrina e nobreza, entre outros, na ordem das centenas e de preço variável, sendo que o conjunto mais caro consistia em vinte e quatro larguras de “damasco de ouro roxo fino novo” avaliadas em 230\$400 reis; 2) tipologias de peças, das quais as sanefas de veludo e as cortinas de damasco claramente prevalecem, com mais de mil objectos de cada uma, além de frontaleiras, alcatifas, espaldares, cobertores, tectos de docéis, etc.; 3) passamanarias, em concreto, rendas (4770 varas), galões (722 varas) e franjas de ouro (12 marcos). Em termos cromáticos, e como seria expectável, distinguem-se peças nas cores litúrgicas, como o branco, preto e o roxo, mas o carmesim, a cor da festa, da majestade e da opulência, predomina de forma evidente. Como consequência do seu uso e manipulação assíduos, a maior parte dos têxteis apresenta um estado de conservação deficitário, como bem denunciam as expressões “muito velho” e muito uzada” tantas vezes localizada. Ainda assim infere-se, se não alguma rotatividade, pelo menos, a renovação do material, já que se encontram peças “em bom uzo” e outras (em minoria) “novas”, de que são exemplo algumas sanefas em lhama branca e amarela, umas peças de damasco roxo, conjuntos de frontaleiras e uns maços de franjas.

Mas o negócio deste armador, também alugador, não se limitava aos panos. Além destes, possuía peças de vestuário, em estado de conservação muito variável, provavelmente destinadas aos participantes dos cortejos, como mantilhas (9), “capas dos Passos” (59), murças (6), túnica (1) e vestidos (26), 10 deles “de anjos de gala”<sup>60</sup>.

<sup>58</sup> Cf. SANTA ANNA, Fr. Belchior de – *Chronica de Carmelitas Descalços, Particvlar do Reyno de Portugal e Província de Sam Felipe*. Lisboa: off. De Henrique Valente de Oliueira, 1657. I tomo, p. 604, cols. 729-730.

<sup>59</sup> Cf. SANTA ANNA, Fr. Belchior de, *op. cit.*, p. 604 cols. 729-730.

<sup>60</sup> ANTT, *Orfanológicos*, Letra L, maço 47, n.º 2, f. 183v.-184v.

Do rol consta ainda outro tipo de objetos, como candeeiros, e alfaias religiosas de função litúrgica, cuja existência nos templos se suporia *a priori*, como era uma pala de sacrário, um pálio de damasco roxo de seis varas e diversos conjuntos de tocheiros prateados e dourados, num total de 44 objetos de tamanho e morfologia variada, uns “com pe de triangulo” e outros com “feitio de coluna”, sendo que doze eram “de China pratiadas”<sup>61</sup>. Constan inclusive, duas banquetas de seis castiçais cada, uma com e outra sem cruz, destinadas a ser expostas no altar nos dias festivos e “Vinte e quatro castiçais de estanho de bojo redondos”<sup>62</sup>.

Colateralmente, e com base no tipo de equipamento e mobiliário também elencado no inventário, compatível com o de uma loja, supõe-se que além de um inevitável armazém para albergar todos estes adereços e ainda mais um expressivo conjunto de quarenta e três escadas com número variável de degraus (entre os 43 e 8) existiria um espaço de âmbito mais público e comercial. Senão vejamos: a “caza da armação” como o referido espaço surge designado no documento, ostentava dezasseis corpos de armários, em madeira da Flandres, de portas e meias-portas, com seus lemes e aldrabagatos, isto é, com sistema de dobradiças e de fecho definido por pequenas trancas formadas por uma barrinha de ferro articulada, tendo na extremidade uma argola ou encaixe<sup>63</sup>, exceto três, que eram “com suas portas de calhas”, portanto, com portas de correr<sup>64</sup>. Por forma a melhor poder separar os tipos de tecido e as passamanarias, todos apresentavam repartimentos ou divisões, também de madeira (mas de pior qualidade). No mesmo espaço existiam ainda “Vinte e quatro taboas da terra em grosso que servem de parteleiras”, “Duas bancas de madeira [mesas] de pinho pintadas de nove palmos de comprido tres e meio de largo quatro de alto com duas gavetas cada huma com suas fechaduras” e “Hum mostrador em dois corpos com seus armarios por baixo em que há sete meias-portinhas de feitio de calhas”<sup>65</sup>. Um conjunto de 6 canastras encouradas grandes e pequenas, para transporte dos materiais, e “Dois cachotes que vem com fazenda de fora cobertos de pele de viado”<sup>66</sup>, completavam o cenário.

Pela descrição é evidente a dimensão expositiva que subjaz ao modo como a fazenda do armador era arrumada; mesmo que nada ali se vendesse havia a preocupação em acessibilizar ou mostrar o lote de opções ao alcance de potenciais interessados.

---

<sup>61</sup> Idem, f. 92v.-193v.

<sup>62</sup> Idem, f. 193v.-194.

<sup>63</sup> COLÉGIO DE ARQUITETOS – *Terminologias arquitectónicas* [Em linha]. [Consult. 30.01.2017]. Disponível na Internet: <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-aldrabagato/>.

<sup>64</sup> ANTT, *Orfanológicos*, Letra L, maço 47, n.º 2, f. 183v.-185.

<sup>65</sup> Idem, f. 184v.-185.

<sup>66</sup> Idem, f. 190v.



## 2. DAS ARMAÇÕES

No seu dicionário, de 1789, António de Moraes congrega num único conceito de armação, “Tudo o que serve de adorno, e ornato ás casas, e templos, como cortinas, sanefas, placas, trumões, &c”<sup>67</sup>. Todavia, assim como o domínio dos armadores se distinguia entre aqueles que operavam em contexto civil e religioso, também as armações “das casas” e “dos templos” diferiam. Nesse sentido, a explanação de Rafael Bluteau para cada uma delas alerta, justamente, para algumas das respetivas particularidades: enquanto a primeira “tomase genericamente por todo o tecido que se arma nas casas, para ornato dellas, v. gr. Panos de armar, cortinados, reposteyros, &c. (...)”, a armação de uma igreja designa o conjunto de “Volantes, almofadas, cobertores, tafetazes, passemanes, &c, com que se armaõ as paredes, o tecto, as janelas, arcos, columnnas, &c”<sup>68</sup>. Embora daqui se depreenda que o campo de ação e as tipologias de têxteis usadas divergiam entre os dois géneros de armação, uma outra realidade sobressai, em que a fronteira que os separava podia ser ténue, quando não mesmo inexistente.

Com efeito, excetuando os adereços específicos de cada um dos tipos de armação, uma parte das tipologias têxteis adotadas era comum, como bem atesta o decreto municipal olisiponense de 1671: enquanto o preço das frontaleiras remete apenas para o seu uso na igreja, outras opções, como as almofadas, cobertores, cortinas e doceis são assinalados no quadro da armação na igreja e na da casa (cf. Quadro 1, em anexo). Pelo que muitos dos adereços (senão mesmo a maior parte) que Luís Lopes dos Santos alugava se prestariam a armações com ambas as finalidades.

Em teoria, o seu uso não devia ser partilhado pelos dois universos. Na prática, os têxteis destinados às “casas”, acabavam por participar nos projetos religiosos, sempre que os membros da comunidade civil contribuíam com os seus pertences, como os reposteiros, tapeçarias e outros panejamentos sofisticados, apesar das Constituições Sinodais condenarem o empréstimo de adereços profanos para funções religiosas<sup>69</sup>. Curiosamente, o mesmo zelo pastoral, advogado pelo espírito reformista pós-tridentino, no sentido de cada vez mais distinguir os espaços e comportamentos sagrados daqueles profanos<sup>70</sup> reflete-se também na já citada provisão régia de 1603, que taxa os preços de aluguer de panos para armações de igreja:

Os dittos panos de qualquer sorte que forem, se não poderão alugar, nem emprestar, para se armarem em casas particulares, por não ser decente que os panos que servem nas Igrejas e logares sagrados, sirvam em outro uso.<sup>71</sup>

<sup>67</sup> SILVA, António de Moraes, *op.cit.*, vol.1, p.180.

<sup>68</sup> BLUTEAU, Rafael, *op. cit.*, 1712, vol.1, p. 497.

<sup>69</sup> Sobre este assunto veja-se FERREIRA, Maria João Pacheco, *op. cit.*, vol. 1, sub-cap. 1.3 Proveniência e sacralidade dos têxteis religiosos.

<sup>70</sup> Cf. PAIVA, Pedro - Constituições Diocesanas. In AZEVEDO, Carlos Moreira de, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. C-I, p. 14.

<sup>71</sup> Cf. SILVA, José Justino Andrade e, *op. cit.*, 1854. p. 11.

Consequentemente, quem alugasse não só perdia a fazenda como incorria numa pena de vinte cruzados, o mesmo sucedendo com a pessoa que os alugava ou tomava emprestados, condenada que era a pagar quarenta cruzados “tudo applicado para captivos e acusador”<sup>72</sup>.

Com o passar do tempo, uma nova variável emerge nos dispositivos reguladores, dando conta da projeção das armações noutros espaços que não estritamente a igreja e a casa mas, antes, a rua. Este fenómeno dá conta do peso crescente da dimensão mais pública e interativa das celebrações, numa lógica de equiparação dir-se-ia, mesmo, de competição, entre a ornamentação do templo e a das ruas, por onde passavam as procissões e a comunidade civil assumia um maior protagonismo<sup>73</sup>. No documento camarário de 1671, os valores anunciados reportam-se agora às armações na igreja, na casa particular e na rua, sendo que os das duas primeiras são idênticos e as armações da rua mais dispendiosas, em “Razão do dano que as cedas podem receber”<sup>74</sup>. A mesma provisão concede, ainda, condições para o recurso a adereços alugados usados e velhos. Esta é uma cláusula compreensível, face a uma mais frequente realização de festejos no decurso do século XVII, alguns deles de grande impacte, como as sucessivas comemorações de beatificações e canonizações de santos que pontuaram de forma massiva esse período<sup>75</sup>, e aos elevadíssimos custos que tais campanhas podiam comportar.

Ainda que Bluteau não o explicita, as motivações e finalidades de ambas as armações diferiam, sendo que, *a priori*, as primeiras subentendiam um tempo de vida mais prolongado, conquanto que sazonal<sup>76</sup>, do que as segundas, concebidas que eram para celebrar uma determinada efeméride, durante um curto espaço de tempo. Tal limitação não obsta ao maior dos empenhos, no sentido de distinguir, tanto quanto possível, o tempo festivo do tempo comum no calendário litúrgico, independentemente da natureza da comemoração e do seu teor mais ou menos excecional. Nesse contexto, e sob o ponto de vista artístico, o recurso às armações dos templos visa o aprimoramento daquela que é a realidade quotidiana; alheando-se e até sobrepondo-se (literalmente) aos programas que caracterizam em permanência os espaços eleitos para as comemorações, as armações visam marcar a diferença em relação ao habitual nível de decoração das estruturas edificadas - independentemente de se tratar de pintura, talha dourada, embutidos marmóreos ou azulejo, e sob pena de as danificar, na sequência dos estragos provocados pela sua constante montagem e desmontagem sobre as estruturas pré-existentes<sup>77</sup>.

<sup>72</sup> *Idem*.

<sup>73</sup> Cf. FERREIRA, Maria João Pacheco, *op. cit.*, p. 246-249.

<sup>74</sup> AML, *Livro posturas antigas*, Ordenação da Câmara de Lisboa sobre preços e condições de aluguer de tecidos para armações, 1671-I-22, Lisboa, f. 361 publ. por LINO, Raul; SILVEIRA, Luís, coord., *op. cit.*, p. 81.

<sup>75</sup> Sobre a questão dos têxteis nestes contextos festivos veja-se, a título de exemplo, FERREIRA, Maria João Pacheco – O protagonismo dos têxteis nas celebrações realizadas em Lisboa por ocasião das canonizações de Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier (1622). In VALE, Teresa Leonor M.; FERREIRA, Maria João Pacheco; FERREIRA, Sílvia, coord., *op. cit.*, p. 155-168.

<sup>76</sup> RODOLFO, Alessandra; FERREIRA, Caterina, coord. – *Vestire i palazzi: stoffe, tessuti e parati negli arredi e nell'arte del Barocco*. Vaticano: Edizioni Musei Vaticani, 2014. vol. 1; FERREIRA, Maria João – Ecos de hábitos e usos nos inventários: os adereços têxteis nos interiores das residências senhoriais lisboetas seiscentistas e setecentistas. In MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder e MALTA, Marise, coord. – *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Instituto de História da Arte da FCSH-UNL; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 536-561.

<sup>77</sup> Cf. BORGES, Nelson Correia – *O inventário dos ornamentos e joias da Igreja de Santiago de Coimbra, em 1607*. Coimbra: Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1980. p. 11.

Embora nem sempre usados em exclusivo, os adereços têxteis, na sua multiplicidade de morfologias, materiais, cromias e texturas, promovem intensos efeitos de riqueza, ilusão e artifício que, reforçados pela sua versatilidade, se prestam especialmente bem à construção de cenografias envolventes, as quais se pretendem arrebatadoras e potencialmente eficazes na captação dos sentidos e da fé dos fiéis. Com efeito, os têxteis comungam do que José Manuel Tedim denomina de “manifestações lúdico-encantatórias”<sup>78</sup>, em que o elemento decorativo funciona como um canal de acesso do homem comum à grandeza do Criador. Por esse motivo, o tema da decoração dos templos é abordado nos textos que constituem a série típica dos livros publicados pela autoridade da igreja de Roma nos anos seguintes a Trento, como o *Pontifical* e o *Cerimonial dos Bispos*. O seu conteúdo reflete bem a importância deste tipo de intervenção e a presunção de que cada um dos elementos que compõem o corpo da igreja deve dispor do seu próprio adorno, desde que salvaguardada a forma e a nobreza de materiais empregues<sup>79</sup>.

No contexto português, o recurso a armações têxteis subentende uma intervenção o mais abrangente possível sobre o complexo edificado, que afeta muros, tetos e chão assim como arcarias, tribunas, retábulos e cruzeiros dos templos. Tal abordagem presta-se a complexos construídos das mais variadas amplitudes e o facto da armação se adaptar à dimensão em causa, constitui de *per se*, um motivo de regozijo e de sucesso do festejo, como se infere das palavras de fr. Manuel das Chagas, a propósito da armação montada na igreja do antigo convento do Carmo, em 1629, pelas festas de canonização de Santo André Corsini:

esteue a Igreja toda armada, & bastaua diser toda armada, para isto ficar sendo hũa das notauéis grandesas, que a festa teue; porque absolutamête he a mais capax de toda Lisboa: tem de comprimento cento, & desoitto passos, que vem a ser 325. palmos, com largura proporcionada de cem palmos em tres naues, tem de altura cento & vinte & sinco palmos, & o cruzeiro mui alteroso de modo que raramente se vio armada toda, & como agora esteue numqua, porque a fermosura riqueza, & concerto della melhor se ouuera de manifestar pintando do que pintar escreuendo<sup>80</sup>.

Dois aspetos, entre outros, sobressaem de modo determinante para a crescente complexidade que reveste estas iniciativas: desde logo, a dimensão coletiva que enforma estes momentos, a qual se traduz numa participação direta da comunidade – que ora empresta, oferece, faz ou financia a obtenção dos adereços – que é, em si própria, uma oportunidade de afirmação mas também de devoção pessoal. Por outro lado, importa notar as sucessivas pragmáticas que, desde a segunda metade do século XVI, de forma sistemática limitam o investimento na ornamentação das pessoas e bens, exceto naqueles correlativos ao culto litúrgico, como explicitamente o declara a pragmática de 1677<sup>81</sup>. Mais do que interligados, tais fatores atuam como verdadeiros agentes catalisadores

<sup>78</sup> Cf. TEDIM, José Manuel, *op. cit.*, p. 6.

<sup>79</sup> Cf. MONTELLI, Piero – *Sacerdos, omnibus paramentis indutus*. In LANDINI, Roberta Orsi, coord. – *I tesori salvati di Montecassino: antichi tessuti e paramenti sacri*. Pescara: Carsa Edizioni, 2004. p. 37.

<sup>80</sup> CHAGAS, Fr. Manoel das – *Festas qve o Real Convento do Carmo fes à Canonização de S. Andre Cursino, Bispo da Cidade de Fesula, & Religioso de sua Ordē. Em Setembro de 1629 ao Excellentissimo Senhor Dom Duarte*. Lisboa: Off. de Pedro Creasbeeck, [1632]. f. 64-64v.

<sup>81</sup> *Pregmatica e Ley por qve Sva Alteza ha por bem pellos respeitos nella declarados prohibir os trajes, vestidos, de Seda com ouro, guarniçoës de fitas, ouro, prata, dourados, bordados coches de seis mullas, & o mais que nella se declara*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1677. p. 2.

cuja ação, contínua e concertada, fomenta a imagem de excesso e de transgressão que transparece das armações têxteis portuguesas em contexto sacro a qual, à época, tantas críticas suscita<sup>82</sup>.

Perante a escassez de fontes visuais conhecidas que ilustrem o recurso a armações em contexto português, e no sentido de melhor se compreender estes complexos, hoje difíceis de apreender nas suas múltiplas dimensões, valem-nos as prolíferas e indispensáveis descrições de acontecimentos que pontuaram a vida dos portugueses durante o período moderno. Pese embora a sua natureza estereotipada e tendencialmente assente no superlativo, na globalidade, trata-se de formas textuais que primam por conteúdos assaz densos e aturados – potenciados pela natureza panegírica que lhes subjaz –, reveladores de uma grande empatia com o universo têxtil. Graças à atenção que os autores lhe concedem e à forma minuciosa como o descrevem, estas fontes documentais oferecem retratos de uma impressionante vivacidade, capazes de proporcionar uma imagem extraordinariamente nítida acerca das potencialidades das armações têxteis e do seu impacto sobre os fiéis. Nesse sentido ninguém melhor para caracterizar o âmbito o trabalho dos armadores do que Siro Ulperni – pseudónimo conhecido de uma das mais eloquentes descrições de armações erigidas nas igrejas da capital do reino, por ocasião da comemoração da canonização de Santa Maria Madalena de Pazzi, em 1669, no já assinalado convento do Carmo –, como tão bem o demonstra o excerto que elegemos para abrir o presente artigo.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do desconhecimento que subsiste em torno do armador é, por fim, possível começar a esboçar o perfil sócio-profissional destes oficiais, verdadeiramente multifuncionais. Como se conclui a partir dos casos estudados, podiam desempenhar e acumular diferentes tarefas, como ser responsáveis pela manutenção das alfaias, conceber e montar as armações e alugar adereços têxteis. Embora, decerto, não fosse o caso de todos os armadores, a prática deste ofício era virtualmente geradora de algum poder económico e social, por via dos conhecimentos e da esfera de influência gerados a partir do seu relacionamento e colaboração com as mais diversas entidades promotoras ou patrocinadoras dos festejos religiosos da capital.

Esperamos que na continuidade da investigação seja possível compreender uma outra faceta que ainda nos escapa: a da formação dos armadores, designadamente, da cultura visual e dos modelos que tomavam como referência, logo, o alcance e o limite das suas competências artísticas as quais, como com facilidade cremos ter demonstrado, muito ultrapassavam a mera disposição de panejamentos.



<sup>82</sup> FERREIRA, Maria João Pacheco – *Os têxteis chineses...* vol. I, p. 227-228; FERREIRA, Maria João – A tradição das armações têxteis aos olhos dos estrangeiros que visitam Lisboa (séculos XVI-XVIII). In FERREIRA, Maria João; FLOR, Pedro; VALE, Teresa Leonor M., coord. – *Lisboa e os estrangeiros [Lisboa dos estrangeiros até ao Terramoto de 1755]*. Lisboa: Câmara Municipal, 2013. p.123-133.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES MANUSCRITAS

#### ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

*Liuro de Receita da Igreja de Sam Roque & Despeza da mesma.*

#### ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

*Processos Gerais de Secretaria, Requerimento de Joaquim da Costa Pereira, mestre armador da Real Casa de Santo António.*

*Livro 3.º de registo de regimentos dos oficiais mecânicos*

*Livro 1.º dos acrescentamentos dos regimentos dos oficiais mecânicos*

*Livro de posturas antigas*

*Livro de posturas da cidade de Lisboa*

#### ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

Conventos Vários – Teatinos, Livro 11, *Liuro de Receita e despesa da Caza Continuando no seu gouerno o muito Reuerendo Padre D. Luis Maria Saque Preposito de nossa Senhora da diuina Prouidencia Anno 1685.*

*Manuscritos da Livraria, Aviso de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, ao abade geral da congregação de São Bento, n.º 1140 (189).*

Orfanológicos, Letra L, Maço 47, n.º 2, *Inventário que se fez dos bens que ficaram por falecimento de Luis Lopes dos Santos continuado com a viúva sua mulher Caetana Maria da Assunção, 1794.*

Registo Geral de Mercês de D. José I, *liv. 21.*

Registo Geral de Mercês de D. Maria I, *liv.25.*

Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, *liv. 35.*

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, *Habilitações*, mç. 25, doc. 474.

Tribunal do Santo Ofício, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5105 e 2392.

## FONTES IMPRESSAS

BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 12 vols.

LINO, Raul; SILVEIRA, Luís, coord. – *Documentos para a história da arte em Portugal: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: posturas diversas dos séculos XVI a XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969. vol. 2.

OLIVEIRA, Eduardo Freire – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tip. Universal, 1882-1943. 19 vols.

SILVA, António de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. 2 vols.

SILVA, José Justino Andrade e – *Colecção chronologica da legislação portugueza: 1603-1612* [Em linha]. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854-1859. 8 vols. [Consultado em 27.1.2017]. Disponível na internet: [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=94&id\\_obra=63&pagina=62](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=94&id_obra=63&pagina=62).

*Pregmatica e Ley por qve Sva Alteza ha por bem pellos respeitos nella declarados prohibir os trajes, vestidos, de Seda com ouro, guarniçoẽs de fitas, ouro, prata, dourados, bordados coches de seis mullas, & o mais que nella se declara*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1677.

## ESTUDOS

BORGES, Nelson Correia – *O inventario dos ornamentos e joias da Igreja de Santiago de Coimbra, em 1607*. Coimbra: Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1980.

CHAGAS, Fr. Manoel das – *Festas qve o Real Convento do Carmo fes à Canonizaçaõ de S. Andre Cursino, Bispo da Cidade de Fesula, & Religioso de sua Ordẽ. Em Setembro de 1629 ao Excellentissimo Senhor Dom Duarte*. Lisboa: Off. de Pedro Creasbeeck, [1632].

COLÉGIO DE ARQUITETOS – *Terminologias architectónicas* [Em linha]. [Consult. 30.01.2017]. Disponível na Internet: <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-aldrabagato/>.

CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da – *Gabinete Histórico*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1818-1894. 17 vols.

CONFALONIERI, Gianbattista – Da grandeza e magnificência da cidade de Lisboa. In VILLALBA Y ESTAÑA, Bartolomé de, ed. – *Por terras de Portugal no século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. (Ms. 1593).

CORREIA, Virgílio – *Livro dos regimẽtos dos officiaes mecânicos da mui nobre e sêpre leal cidade de Lixboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

COSTA, Mário – *A Patriarcal queimada: uma síntese da sua história*. Lisboa: Câmara Municipal, 1959.

COUTINHO, Maria João Pereira; FERREIRA, Sílvia – *Artistas e artífices da Lisboa barroca: a irmandade de Nossa Senhora da Doutrina da igreja de São Roque*. Lisboa: Esfera do Caos, 2014.

COUTINHO, Maria João Pereira; FERREIRA, Sílvia – Devoção e recreação: celebrações na igreja inaciana de S. Roque. In COLÓQUIO DE HISTÓRIA E DE HISTÓRIA DE ARTE, Lisboa, 2009 – *Lisboa e a festa: celebrações religiosas e civis na cidade medieval e moderna: actas*. Lisboa: Câmara Municipal, 2009. p. 269-291.

FERREIRA, Maria João – A tradição das armações têxteis aos olhos dos estrangeiros que visitam Lisboa (séculos XVI-XVIII). In FERREIRA, Maria João; FLOR, Pedro; VALE, Teresa Leonor M., coord. – *Lisboa e os estrangeiros / Lisboa dos estrangeiros até ao Terramoto de 1755*. Lisboa: Câmara Municipal, 2013. p.123-133.

FERREIRA, Maria João – Ecos de hábitos e usos nos inventários: os adereços têxteis nos interiores das residências senhoriais lisboetas seiscentistas e setecentistas. In MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marise, coord. – *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Instituto de História da Arte da FCSH-UNL; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 536-561.

FERREIRA, Maria João Pacheco – O protagonismo dos têxteis nas celebrações realizadas em Lisboa por ocasião das canonizações de Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier (1622). In VALE, Teresa Leonor M.; FERREIRA, Maria João Pacheco; FERREIRA, Sílvia, coord. – *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Instituto de História da Arte da FCSH-UNL; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 155-168.

FERREIRA, Maria João Pacheco – *Os têxteis chineses em Portugal nas opções decorativas Sacras de Aparato (séculos XVI-XVIII)*. Porto: [s.n.], 2011. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols.

FONSECA, Rita Sofia Carlos da – *A ourivesaria da prata em Lisboa, no período rococó (1750-1777) os mestres e as obras* [Em linha]. Porto: Universidade Católica – Escola das Artes, 2016. 2 vols. [consultado em 30.1.2017]. Disponível em: <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-aldrabagato/>.

LACERDA, Fernando Correia de – *História da vida, morte, milagres, canonização, e trasladação de Sancta Isabel Sexta Rainha de Portugal*. Lisboa: Off. de João Galvão, 1680.

LAFAGE, Gaelle – *Charles Le Brun décorateur de fêtes*. Rennes: Presses Univesitaires de France, 2015.

LANGHANS, Franz-Paul – As antigas corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa: a polícia dos ofícios mecânicos. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano 11 N.º 7, 8 e 9 (1942), p. 3-31. Separata.

LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. 2 vols.



MIMOSO, Juan Sardina – *Relacion de la Real Real Tragicomedia con qve los Padres de la Compania de Iesvs en su Colegio de S. Anton de Lisboa recibieron a la Magestad Catolica de Felipe II.de Portugasl, y de su entrada en este Reino, cõ lo que se hizo en las Villas, y Ciudades en que entrò, de Iesvs en su Colegio de S. Anton de Lisboa recibieron a la Magestad Catolica de Felipe II.de Portugasl, y de su entrada en este Reino, cõ lo que se hizo en las Villas, y Ciudades en que entrò*. Lisboa: of. de Iorge Rodriguez, 1620.

MONTELLI, Piero – *Sacerdos, omnibus paramentis indutus*. In LANDINI, Roberta Orsi, coord. – *I tesori salvati di Montecassino: antichi tessuti e paramenti sacri*. Pescara: Carsa Edizioni, 2004. p. 33-39.

MONTEZ, Paulino – *As belas artes nas festas públicas em Portugal*. Lisboa: Tipografia da Parceria António Maria Pereira, 1931.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1991. 1.<sup>a</sup> ed. 1620.

LOPES, Paula – *Genealogy* [Em linha]. [Consult. 22.01.2017]. Disponível na Internet: <http://www.de-paula-lopes.nl/pedigree/pedigree-vi---x/generation-vii/index.html#01c2c49d9b0d4550b>

ROUILLARD, Philippe – *Les fêtes chrétiennes en occident*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2003.

SANTA ANNA, Fr. Belchior de – *Chronica de Carmelitas Descalços, particvlar do Reyno de Portugal e Província de Sam Felipe*. Lisboa: off. De Henrique Valente de Oliueira, 1657. I tomo.

SEQUEIRA, Gustavo Matos – *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1916. 4 vols.

TEDIM, José Manuel – *Festa régia no tempo de D. João V. Poder: espectáculo: arte efémera*. Porto: [s.n.], 1999. Tese de doutoramento em História da Arte na Universidade Portucalense, Infante D. Henrique. vol. 1.

VLPERNI, Siro – *O Forasteiro Admirado. Relaçam, panegyrica do Trvinfo, e Festas, qve celebrou o Real Convento do Carmo de Lisboa pela canonização da Seráfica Virgem S. Maria Magdalena de Pazzi, Religiosa da sua Ordem*. Lisboa: Off. De António Rodriguez d'Abrev, 1672. Primeira parte.

WORSDALE, Marc – *Arti decorative, apparati, scenografie*. In COMITATO VATICANO PER L'ANNO BERNINIANO – *Bernini in Vaticano*. Roma: de Luca Editore, 1981. p. 229-278.

QUADRO 1. PROVISÕES DE ALUGUER DE PANOS NA CIDADE DE LISBOA DURANTE O SÉCULO XVII.

| INFORMAÇÕES                 | PROVISÃO DE ALUGUER DE PANOS DE 1602   | PROVISÃO DE ALUGUER DE PANOS DE 1603  | PROVISÃO DE ALUGUER DE PANOS DE 1671   |
|-----------------------------|--|---|--|
| Tempo de aluguer autorizado | 6 dias   | 6 dias  | 3 dias   |
| Tipos de tecidos e preços   | <p>Panos todos de tela a dusetos reaes</p> <p>Panos de veludo tella a cento e cinquenta reaes</p> <p>Panos de damasco e veludo a oitenta reis de aluger</p> <p>Pano de taffeta a corenta reaes</p> | <p>Panos de tella a dozentos e cinquenta reis cada hum.</p> <p>Panos de veludo e tella a dozentos reis.</p> <p>Panos de veludo e damasco a cem reis.</p> <p>Panos de damasco a oitenta reis.</p> <p>Panos de tafetá a cincoenta reis.</p>   | <p>Cada pano de damasco, veludo, e brucatel, seis vinteis (...) sendo na igreja, e em caza particular, e na rua a outo vinteis</p> <p>Tafetás novos, a tres vinteis sendo na Igreja, ou em caza particular, e quatro vinteis sendo na rua, ou em outra parte publica, e tafetás vzados na igreja meyo tostão e na rua tres vinteis.</p> <p>Hũ cobertor bordado, coalhado de ouro sendo novo, na igreja cinco tostois, e na rua sette.</p> <p>Hũ cubertor se não for todo bordado de ouro, sendo na igreja, ou em caza particular tres tostois, e na rua quatro.</p> <p>Almofadas bordadas de ouro na igreja, ou caza particular quatro vinteis, e na rua sento e vinte reis</p> <p>Hũa frontaleira bordada de ouro hũ tostão sendo na igreja e na rua sento, e sincoenta reis</p> <p>Almofadas bordadas sem ouro, na igreja tres vinteis e na rua quatro.</p> <p>Duceis bordados, o mesmo que cubertores</p> <p>Guartinas de ceda, com qualquer guarnição que tenham sendo na igreja, ou em caza particular, meyo tostão cada ùa e na rua quarto vinteis.</p> <p>Os volantes novos, sendo na igreja meyo tostão, e na Rua tres vinteis, e sendo velhos trinta reis e dous vinteis.</p> <p>Baetas negras de largura ordinaria não levarão mais de outo reis por covado, em qualquer parte que armada esteja cada dia. E a de castelete cinco reis</p> <p>Felpilhas, e veludos, a vintem o covado pelo dia que estiverem armados.</p> <p>Passamanes de ouro, e prata, a des reis a vaza, e as rendas a quinze reis</p> |
| Dimensões                   | os panos todos de tela de cinco larguras e outra tanta altura  | cada hum dos dittos panos de cinco larguras, e outras tantas de altura  | <p>Todos os pannos de taffetas, brucateis, damascos veludos, tellas, e de qualquer outra sorte que sejam terá cada ù delles cinco larguras de ceda, e tres covados, e meyo de queda</p> <p>Os volantes cada hũ delles terá de comprido desaseis covados, e a largura ordinaria.</p>  |
| INFORMAÇÕES                 | PROVISÃO DE ALUGUER DE PANOS DE 1602   | PROVISÃO DE ALUGUER DE PANOS DE 1603  |  |
| Penalização                 | Sob pena de cinquenta crusados e degredo per hũ anno pera hũ dos lugares dAfrica”  | <p>As pessoas, que assim nesta Cidade como fóra della, ou em qualquer parte deste Reino, alugarem os dittos panos por mais preço que nesta declarado, perderão os panos que assim alugarem, e pagarão mais vinte cruzados, ametade (assim dos panos, como do dinheiro) para captivos, e outa ametade para quem os acusar.</p> <p>E sendo armador, sera preso, e com pregão em audiencia, sera degradado por um anno, para um dos logares de Africa, e pagará vinte cruzados ametade para captivos, e outra ametade para quem o accusar.</p> <p>E o que alugar, ou emprestar os dittos pannos para se armarem em casas particulares, os perderá e incorrerá em pena de vinte cruzados; e a pessoa, ou pessoas que os alugarem, ou tomarem emprestados, pagarão quarenta cruzados, tudo applicado para captivos e acusador.</p> |  |

